

SME BÚZIOS-RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR II – ORIENTADOR EDUCACIONAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 01/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO



SME Búzios - RJ

Professor II – Orientador Educacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos variados.....	1
Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo	6
Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos.....	15
Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	19
Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização	21
Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	23
Verbos: pessoa, número, tempo e modo. Vozes verbais; Flexão nominal e verbal	24
Transitividade verbal e nominal	29
Estrutura, classificação e formação de palavras	31
Funções e classes de palavras	34
Regência verbal e nominal	46
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	49
Figuras de linguagem	51
Funções da linguagem	56
Gradação e ênfase	59
Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	60
Acentuação gráfica.....	62
Pontuação: regras e efeitos de sentido; Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido.	64
Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	68
Crase	76
Questões	78
Gabarito.....	89

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90	1
Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/96	68
Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/15	100
Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13.005/14	131
Base Nacional Comum Curricular	135
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica	135
Plano Municipal de Educação de Armação de Búzios/RJ e Atribuições do cargo de Professor II - Orientador Educacional	135
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana – Resolução nº 1/2024...	136
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	138
Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.....	138
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	144
PCCR do Magistério de Armação dos Búzios	156
Constituição Federal.....	156
Questões	162
Gabarito.....	168

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

História e Princípios da Orientação Educacional	1
Habilidades e competências do Orientador Educacional	6
Instrumentos da ação da orientação educacional	11
A organização do trabalho pedagógico na escola	12
Atividades do Orientador Educacional; O papel do Orientador Educacional na escola.	20
Educação especial na visão inclusiva	24
Orientação vocacional: sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando	32
Teorias educacionais	34
Indisciplina na escola	40
Bullying	41
Orientação educacional na Educação Inclusiva.....	46
Teorias do Currículo	53
Recursos de Ensino	55

SUMÁRIO

SUMÁRIO



História da Educação	64
Aspectos filosóficos, psicológicos e sociológicos da Educação.....	64
Sistema Nacional de Educação Básica.....	71
IDEB	84
Distúrbios da Aprendizagem.....	103
Noções de Meio Ambiente, Ética, Saúde e Pluralidade Cultural em interface com os Parâmetros Curriculares Nacionais.....	110
Questões	121
Gabarito.....	128

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)



ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A orientação educacional tem uma trajetória marcada por transformações significativas, tanto no que diz respeito à sua concepção teórica quanto à sua prática nas instituições de ensino. O entendimento do seu percurso histórico é fundamental para compreender seu papel atual e suas possibilidades futuras. Ao longo do tempo, a orientação educacional passou de um modelo centrado na escolha profissional e no aconselhamento individual para uma prática pedagógica voltada ao desenvolvimento integral dos sujeitos no ambiente escolar. Essa evolução reflete mudanças sociais, políticas e educacionais que influenciaram diretamente a estruturação e o papel do orientador educacional nas escolas.

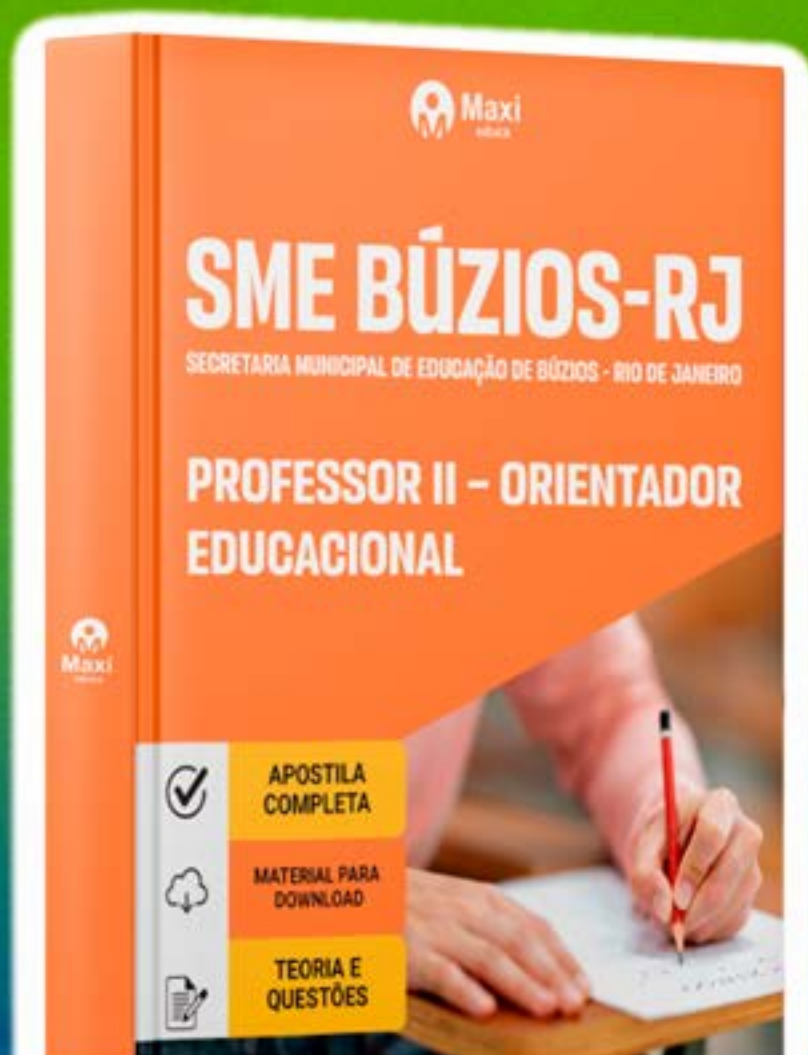
A origem da orientação educacional está fortemente relacionada ao contexto de modernização das sociedades industriais, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Nos Estados Unidos, país considerado o berço da orientação profissional, o movimento ganhou força a partir das transformações econômicas e sociais causadas pela Revolução Industrial. Com o crescimento urbano, a diversificação das ocupações e o aumento da demanda por mão de obra qualificada, surgiu a necessidade de um serviço especializado que ajudasse os jovens a escolherem adequadamente suas carreiras e a se inserirem no mercado de trabalho. É nesse cenário que se destaca a figura de Frank Parsons, conhecido como o “pai da orientação vocacional”, que fundou em 1908, em Boston, o Vocational Bureau, instituição voltada para o aconselhamento de jovens trabalhadores.

Parsons propôs um modelo de orientação baseado em três etapas: o autoconhecimento (compreensão das aptidões, interesses e limitações do indivíduo), o conhecimento das profissões (características e exigências do mundo do trabalho) e a relação lógica entre essas duas dimensões, visando uma escolha profissional racional. Esse modelo, fortemente influenciado pelas ideias positivistas e pela racionalidade científica da época, permaneceu como base da orientação profissional por várias décadas e influenciou diretamente outros países, inclusive o Brasil.

No Brasil, a orientação educacional começa a se delinear a partir da década de 1920, fortemente inspirada nos modelos norte-americanos e europeus. A primeira tentativa institucional de implantar um serviço de orientação profissional no país ocorreu em 1924, com a criação do Instituto de Orientação Profissional, ligado à Escola Normal de São Paulo. No entanto, foi apenas a partir da década de 1940 que a orientação educacional passou a fazer parte da estrutura oficial da educação brasileira, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/1942). Essa legislação estabeleceu, de forma inédita, a obrigatoriedade do serviço de orientação educacional nas escolas secundárias, reconhecendo sua função de auxiliar os estudantes na adaptação ao ambiente escolar e na escolha profissional.

Durante o período do Estado Novo e também nas décadas seguintes, o modelo de orientação predominante no Brasil seguia uma lógica assistencialista e psicologicista, muito influenciado pela psicologia experimental e pelas práticas de testagem psicométrica. O orientador era visto como um técnico especializado que aplicava testes de aptidão e interesse, realizando diagnósticos individuais para auxiliar os estudantes em decisões escolares e profissionais. Essa perspectiva reduzia a complexidade da orientação educacional a um conjunto de técnicas de avaliação e reforçava uma visão individualista do processo educativo.

Foi apenas nas décadas de 1960 e 1970 que surgiram críticas mais profundas a essa visão técnica e restrita da orientação. O movimento da educação libertadora, impulsionado pelas ideias de Paulo Freire e outros pensadores críticos, começou a influenciar a prática orientadora. A orientação educacional passou, então, a ser entendida como parte integrante da prática pedagógica, com foco na formação cidadã, no respeito à diversidade e na construção coletiva do saber. Essa reconfiguração marcou a transição da orientação como prática de aconselhamento individual para uma abordagem mais ampla, voltada ao desenvolvimento pessoal, social e acadêmico dos estudantes em seu contexto histórico e social.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!